

EDITORAS UNIVERSITÁRIAS E INFORMAÇÃO CIENTÍFICA: REPENSANDO A EDITORA NA UNIVERSIDADE

UNIVERSITY PRESS AND SCIENTIFIC INFORMATION: REASSESSING PUBLISHING HOUSES CONNECTED TO UNIVERSITIES

Leilah Santiago Bufrem
santiagobufrem@gmail.com
Universidade Federal do Paraná

Juliana Lazzarotto Freitas
julilazzarotto@gmail.com
Universidade Estadual Paulista

Resumo: Discute a missão e as políticas editoriais das editoras universitárias no Brasil, ponderando que a editora universitária é uma editora na universidade, a ela vinculada e com ela participante de uma missão. Analisa como têm sido interpretadas e concretizadas as possibilidades de uma editora universitária em relação às dinâmicas de produção e divulgação da informação científica no contexto brasileiro. Para tanto, além de rever posições teóricas sobre o objeto da pesquisa, elege um universo de 104 editoras, identificadas na lista da Associação Brasileira das Editoras Universitárias - ABEU e da Liga das Editoras Universitárias – LEU, para a aplicação de questionário e para análise das políticas manifestas nos seus respectivos sites. Categoriza as políticas conforme as dimensões: ensino, pesquisa, extensão, contribuições com o desenvolvimento regional, uso de tecnologias para divulgação de materiais publicados e referência à produção de periódicos científicos. Verifica que somente 10% das editoras analisadas explicita seu papel destinado aos periódicos científicos, 3% declara que utiliza tecnologias de divulgação de seus materiais, 13% manifesta a importância do desenvolvimento da região onde estão alocadas. Dentre as editoras que explicitam o compromisso de trabalhar com periódicos científicos a dimensão ensino e pesquisa tem expressivo enfoque. Conclui que os moldes ideais de funcionamento das editoras universitárias ainda estão longe do que se realiza, em virtude, de aspectos históricos que permearam sua consolidação. Destaca, finalmente, a importância de se reconhecer o verdadeiro papel de uma editora universitária e do seu amplo alcance científico, cultural e político.

Palavras-chave: Editora universitária. Produção científica. Política editorial.

Abstract: This paper presents a discussion about the mission and editorial policies of the university presses in Brazil, considering the university press as a publishing company inside the university, connected to the institution and its mission. The paper analyzes how the university presses have been developed in the Brazilian context, focusing on the dynamics of the production and publishing of scientific information. In addition to reassessing theoretical references about the research object, the study also selected a sample of 104 publishing companies to conduct a survey and analyze the policies presented in their websites. This sample was selected based on the list of publishing companies of the Brazilian Association of University Presses – ABEU and of the League of University Presses – LEU. The analysis categorizes the policies according to the following aspects: teaching, research, further education, contributions to regional development, use of technologies to spread published materials and reference to the production of scientific journals. The research verified that only 10% of the analyzed houses clearly express their role in the publication of scientific journals, while 3% declares the use of technologies to spread their materials

and 13% express the importance of developing the region where they are located. The publishing houses which express a commitment to work with scientific journals highlight both the teaching and research aspects. The research concludes that the ideal functioning standards for university presses are very far from the work actually developed, mainly due to historical aspects connected to their consolidation. The study also highlights the importance of recognizing the true role of a university press and its wide scientific, cultural and political reach.

Keywords: University press. Scientific production. Editorial policy.

1 INTRODUÇÃO

As políticas de informação definem-se, concretamente, no cotidiano universitário, a partir das contradições presentes na realidade. Assim, o pressuposto de que uma editora universitária é uma editora na universidade, a ela vinculada e com ela participante de uma missão, não impede os questionamentos sobre essa missão e as discussões sobre sua política editorial. A intenção de problematizar as diferentes expressões das propostas das editoras universitárias brasileiras em relação à informação científica e ao aproveitamento da tecnologia em meio digital, presentes em seus sites e nas falas de seus representantes, a partir de categorias da literatura sobre editoras universitárias, compõe o esforço para a construção deste artigo. Com a proposta de analisar como têm sido interpretadas e concretizadas as possibilidades de uma editora universitária em relação às dinâmicas de produção e divulgação da informação científica no contexto brasileiro, buscamos defender a vocação universitária para a construção e divulgação do saber.

Essa vocação tem se refletido na expressão da universidade junto à sociedade, como instituição privilegiada, “usina” onde se produz e transmite o conhecimento. Nela abrigam-se órgãos, programas, projetos e iniciativas que a colocam na vanguarda cultural e científica de um país. Assim, por um argumento histórico, a editora universitária desempenha papel expressivo, já que o objeto que produz está intimamente ligado ao contexto medieval, em prol do desenvolvimento do ensino e da pesquisa, quando surgiram as primeiras *universitas*. Nestas, o livro era instrumento vital para o trabalho e para a sua própria existência como instituições nascentes.

Comparando-se as atuais universidades com essas primeiras instituições, cuja origem coincide com as corporações formadas por alunos e mestres em torno de interesses comuns, é possível perceber que a intenção de produzir conhecimento e comunicá-lo pelos métodos e tecnologias mais dinâmicos disponíveis já fazia parte da missão institucional. A glosa, o

comentário e as discussões sobre textos de apoio ao ensino, antes predominantemente oral, passaram a ser mediados pelo livro. E os misteres do livro, organizando-se em estreita dependência com as atividades chamadas universitárias, fizeram-se acompanhar das figuras a eles correspondentes, destacadamente o autor, o copista, o livreiro e o estacionário, este responsável pelas *peciae*, partes do manuscrito-modelo, o exemplar, de cada compêndio de teologia ou arte liberal de que a universidade tratasse (LABARRE, 1981, p. 31).

O nível cultural da Europa na Idade Média e os efeitos da criação das universidades sobre o livro estimularam a prática dos *scriptoria* nos mosteiros entre os séculos XII e XIV nas universidades francesas, italianas e espanholas. Mais tarde, nas universidades alemãs, o professor ditava os textos aos alunos, que os escreviam, embora disposições estritas determinassem a quem era permitido ditar e como controlar os textos (KATZENSTEIN, 1986, p. 244-245). A tecnologia da imprensa aproximou-os do ideal de precisão, com a possibilidade de corrigir a matriz de impressão e suas consequências previsíveis: a diminuição dos erros e o declínio da arte dos amanuenses a partir do século XIV. O cuidado com a supressão do erro permaneceu, todavia, tornando-se critério para a concessão de direitos de reprodução. Desde então, uma atividade inerente à instituição universitária, a produção de textos vem se transformando, graças aos avanços tecnológicos do mundo contemporâneo.

Como espaço próprio de produção e comunicação científica, especialmente após o surgimento dos primeiros programas de pós-graduação, no Brasil do século XX, a universidade tornou-se cenário ideal para a ampliação dessa produção em diversas áreas. No Brasil, firmou-se a editoração universitária na década de 1960, muito embora, a partir de 1950 já funcionassem gráficas ou imprensas, denominadas universitárias, sem que contassem, entretanto, com conselhos ou comissões editoriais e tampouco com serviços de divulgação e distribuição para caracterizá-las como editoras. Algumas, portanto, a partir dos serviços gráficos das imprensas universitárias “foram pouco a pouco se transformando em editoras”. (GARCEZ, 1984, p. 55-6). Outras editoras prescindiram das gráficas para sua criação, a exemplo da Editora da Universidade de Brasília e da Editora da Universidade de São Paulo, fundadas na década de 1960. Ainda hoje, entretanto, se confundem serviços gráficos com serviços editoriais, devido a equívocos decorrentes da falta de precisão dos termos e do uso em língua inglesa do termo *university press* para designar o que neste estudo se entende como Editora Universitária – EU, ou seja, um órgão de Instituição de Ensino Superior - IES responsável pela publicação de textos em formatos ou tecnologias diversos, selecionados previamente por um conselho ou comissão editorial.

Ao referir-se ao “impulso tomado pelo ensino superior no Brasil no final de década de 1960, no âmbito das construções, equipamentos e da expansão acadêmica”, Garcez identifica-o com a origem dessas gráficas. Este impulso, contraditoriamente, está vinculado ao pano de fundo delimitado pelo advento do Estado militar, especialmente na sua vertente econômica. (GARCEZ, 1984, p. 55). Em consonância com os propósitos modernizantes do poder do Estado, consubstanciados nas transformações econômicas, foram desenvolvidas também as estruturas gráficas nas instituições de ensino superior, sempre controladas pela dimensão política do Estado militar. Comprova-se também na editoração universitária o estímulo à produção cultural, enquanto seu resultado é controlado pela censura, consolidando-se o “capitalismo tardio” no Brasil, quando o estado autoritário fortaleceu “o parque industrial da produção de cultura e o mercado de bens culturais”. (ORTIZ, 1988, p. 114). A situação cultural se caracterizou pelo “volume e a dimensão do mercado dos bens culturais”, ampliando as especificidades dos campos culturais que se tornam cada vez mais caracterizadas, ocorrendo no período “uma formidável expansão” na produção, na distribuição e no consumo da cultura (ORTIZ, 1988, p. 121), embora “associada a um controle estrito das manifestações que se contrapõem ao pensamento autoritário”. (ORTIZ, 1988, p. 114). Os reitores, nomeados pelas autoridades do regime, ao definirem o que deveria ser publicado, exerciam diretamente o papel de fomentadores ou de censores. “As publicações promovidas pelas reitorias e impressas nestas gráficas não apropriadas traziam o ‘pecado original’ das obras que não sofrem o processo editorial adequado: não eram submetidas a qualquer critério de seleção, pouco ou nada normalizadas, comercialmente inviáveis” e significavam apenas o prestígio pessoal dos seus autores junto à administração central da instituição (GARCEZ, 1984, p. 56). Desse modo, a maior quantidade de trabalhos publicados não refletia o aumento da qualidade nas produções e enquanto algumas impressas universitárias apoiavam-se em uma política editorial definida por conselhos, outras, conforme a avaliação de Pinsky, desenvolveram-se de forma bastante desvirtuada no período de autoritarismo.

Sem linha editorial, sem compromisso com a universidade e com a comunidade, sem conselho editorial atuante para definir a política editorial e sem profissionalismo para executá-la, várias editoras acabaram caindo na tentação fácil de gastar sua verba publicando poemas de autoridades universitárias, plataformas políticas ou revistinhas provincianas. (PINSKY, 1986, p. 13-15).

Entretanto, como “um forte fator de incentivo à produção intelectual”, a EU vai superando, segundo Rodrigues, “a velha e simplista categoria da ‘gráfica universitária, oficina, em regra deficiente, para a execução precária, embora cara de obras avulsas, não programadas senão por eventos circunstanciais e pela munificência de algum reitor”. (RODRIGUES, 1986, p. 17). A afirmação, ao mesmo tempo em que lhe atribui o papel de incentivadora da produção do conhecimento, procura desfazer o equívoco, até hoje manifesto, entre editora e gráfica.

Com a redemocratização, inicia-se um movimento no sentido de estabelecer uma política geral de editoração para o que alguns passos foram dados, tais como: a criação do Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual – PROED e do Programa Interuniversitário de Distribuição do Livro – PIDL e o encontro pioneiro das editoras em Niterói.

Aceito o significado do termo “publicação” como abrangente dos processos de produção, divulgação e circulação dos textos, independentemente do suporte utilizado para veiculá-los, as editoras universitárias devem ser entendidas como órgãos vinculados a uma instituição de ensino superior, que selecionam, produzem e divulgam livros, periódicos e outras mídias, em suportes de diversas naturezas. Entre estes, os periódicos científicos, têm sido publicados intensamente nas universidades brasileiras, mesmo anteriormente à consolidação das editoras. Considerados “os arquivos da ciência”, por registrarem constantemente as descobertas científicas, os periódicos, segundo Stumpf (1998, p. 4) abastecem a memória da ciência com novas contribuições. Entretanto, nem sempre esses veículos, fundamentais para a divulgação científica especialmente devido ao aproveitamento das modalidades de difusão de forma eletrônica, são assumidos pelas editoras universitárias. Assim, apesar de, na maioria dos casos, esses periódicos terem contado com comissões editoriais ou consultorias para aprovação dos textos, acabavam por não ser divulgados e/ou comercializados e muitas vezes não alcançavam a periodicidade planejada.

Tomando como apoio a análise de Viñao Frago (1998, p. 8), um enfoque sumamente útil para a análise da cultura institucional é o da “confrontação entre a teoria, a legalidade e as práticas”. Assim, ao analisarmos como as editoras universitárias brasileiras vêm contribuindo, especialmente por meio da publicação de livros e de periódicos no Brasil, para o universo da informação científica e tecnológica, orientamos este trabalho especialmente para o que expressam os propósitos enunciados pelos sites das editoras universitárias brasileiras e as respostas aos questionários enviados aos diretores das editoras das instituições de ensino superior associadas à Associação Brasileira das Editoras Universitárias – ABEU ou à Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.1, jan./jul. 2017.

Liga das Editoras Universitárias – LEU, esta última uma associação formalizada com a participação das editoras da USP – Edusp, da Unicamp, da UFMG, da UFPA, da UnB e da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Vinculados à problemática dessa realidade cultural, os pares de questões apresentadas aos editores expressam a intenção de saber, por um lado, o que é idealizado ou qual “deveria” ser a contribuição ideal de uma editora para a produção de informações científicas, para a comunicação dessas informações, para o exercício de fomento a algum tipo de produção e qual a contribuição possível e desejável das inovações tecnológicas para a produção e divulgação de conhecimentos nas editoras universitárias e, por outro, o que é concretamente realizado em todos esses aspectos.

Uma das questões que mais preocupa os interessados pelo tema das editoras universitárias tem a ver com o seu papel, ou sua razão de ser. A discussão parte da dúvida sobre a necessidade ou não de um órgão editor numa universidade e ela serve de mote para esta reflexão, originando a motivação para a pesquisa aqui relatada. Pretende-se analisar a relação entre as editoras universitárias e a informação científica, a partir das reflexões decorrentes de nossa experiência à frente de uma EU brasileira e desenvolvidas com a pesquisa que gerou uma tese de doutorado e um livro sobre o tema.

Partindo do pressuposto de que uma EU é uma editora na universidade, a ela vinculada e com ela participante de uma missão especial, percebemos a necessidade do questionamento sobre qual seria essa missão e o que caracterizaria sua política editorial. E por acreditarmos que cada realidade concreta impõe e determina uma cultura que a representa, consideramos a possibilidade de consultar os próprios responsáveis pelas editoras para com eles repensarmos essas questões, diante da conjuntura social que se configura, especialmente dado o cenário de transformações tecnológicas, determinante de novos modos de entender a missão editorial universitária. Ouvir os colegas diretores das atuais editoras universitárias nos pareceu a mais adequada trajetória para compreender a relação entre elas e o processo de produção e comunicação científica.

2 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Para atingir o propósito desta análise em relação às dinâmicas de produção e divulgação da informação científica no contexto brasileiro das editoras universitárias, além de rever as

posições teóricas sobre o objeto da pesquisa, procuramos confrontá-las com as respostas ao questionário enviado para os responsáveis por todas as editoras universitárias da lista da ABEU e da LEU. O universo de editoras eleito, tanto para a aplicação do questionário como para a análise das políticas manifestas nos seus respectivos sites, totalizou 104.

Discutimos também os resultados observados nos sites das editoras universitárias, categorizando-as para a análise, conforme as dimensões expressas em suas políticas editoriais, a saber: ensino; pesquisa; extensão; contribuições com o desenvolvimento regional; uso de tecnologias para divulgação de materiais publicados e menção à produção de periódicos científicos.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário enviado foi respondido por seis dos dirigentes das editoras. Essa inexpressividade numérica não impediu uma análise intensiva do discurso sobre os aspectos favoráveis ou não à produção e comunicação científica por estas instituições. Tais aspectos concernem à inovação tecnológica, ao fomento à produção científica na realidade concreta dessas editoras e questionam-se também aos seus dirigentes, quais seriam os moldes ideais de funcionamento de uma EU.

Ao questionar, por exemplo, como define uma EU, procuramos saber o que faz com que uma editora seja considerada universitária, o que lhe é próprio ou peculiar. As respostas coincidiram na aproximação da ideia de EU às dimensões de ensino, pesquisa e extensão. Presente na maioria das respostas, a ideia de que a EU tem por objetivo publicar trabalhos, principalmente livros, frutos de produção científica em todas as áreas do conhecimento (DB) é compartilhada nos sites das editoras e recebe acolhida dos diretores.

Uma editora universitária de fato e de direito é a que compartilha e integra a atividade-fim de uma IES definida como a geração e transmissão de conhecimentos em benefícios da coletividade [e que] o conhecimento gerado intramuros necessita ser compartilhado, difundido, apropriado pelos diferentes públicos para que tenha valores (DA).

A mesma concepção relacionada à geração e transmissão do conhecimento está na declaração de DC, de que EU é

aquela que tem em seus objetivos a publicação científica, técnica e literária visando à divulgação daquilo que é produzido dentro e fora da instituição para a comunidade, consolidando-se assim o ensino, a pesquisa e a extensão (DC).

O vínculo com a comunidade é reiterado por DD, que define a EU como

o espaço que se constitui no elo entre a produção acadêmica e a sociedade alimentando a leitura de professores e estudantes, assim como de outros profissionais que necessitam compreender melhor o mundo contemporâneo e obter informação contínua e abrangente em diversas áreas de conhecimento (DD).

A dificuldade de definir a EU está presente na declaração de DE:

Indefinível, penso eu. Mas, digamos que deveria ser o lugar onde se produzissem – com viabilidade comercial, mas sem fins lucrativos empresariais, apenas de sustentabilidade (detesto essa palavra!) do próprio fazer editorial – obras destinadas a pessoas instruídas ou medianamente instruídas. É balela dizer que a editora universitária deve publicar a produção científica da universidade (DE).

Sobre essa posição há controvérsia. Além da explicitação nos sites das editoras pela prioridade que deve ser dada à produção da própria universidade, a editora tem sido vista como

instrumento para facilitar a divulgação do conhecimento científico, técnico e cultural gerado no âmbito da universidade, privilegiando a produção da instituição-sede, porém abrindo espaço para trabalhos de outras instituições universitárias, que venham a ser de interesse dos seus professores, alunos e pessoal técnico-administrativo (DF).

Ao questionar qual o principal papel de uma EU, não pretendemos uma definição, mas uma prioridade à ação editorial dentro da universidade, o que significa uma tomada de posição de alguém que, com experiência e observação sobre as atividades e papéis de uma editora, releva uma ou mais deles.

Assim, ao concordar com posições endógenas presentes nas manifestações de alguns sites, DA defende que o principal papel de uma EU é “difundir o conhecimento gerado em sua IES ou em outra por meio da produção de livros e periódicos, em qualquer suporte de leitura e incentivar a prática da leitura”.

Em seu processo de consolidação as editoras vão apresentando produção menos endógena, voltando-se à publicação de textos “[...] produzidos fora dos muros da instituição, reconhecendo e incorporando o conhecimento de qualidade gerado por outros segmentos”.

(BUFREM, 2011, p. 135), além de obras advindas da compra de direitos autorais de editoras estrangeiras, de importância para a comunidade acadêmica que, traduzidas e editadas passam a ampliar o espectro de opções bibliográficas.

O valor regional de uma EU é ressaltado por DC, para quem ela tem como seu papel principal servir à comunidade, divulgando o conhecimento que é produzido dentro da instituição e na região em que está localizada. DD enfatiza o papel cultural da EU “entendida como atividade organizada e estruturada sobre planos estratégicos”. Sendo assim, segundo DD, as editoras devem

[...] exercer a indispensável autonomia editorial e administrativa, ter propostas organizacionais baseadas em conceitos de órgão cultural acadêmico, entender o livro universitário como empreendimento acadêmico/cultural, buscar cotidianamente o leitor, além de reforçar sua presença nos círculos de divulgação e distribuição do livro brasileiro.

Essa posição coincide com a de Salim Miguel, que as define como projetos culturais e não comerciais, às quais cabe “preservar a memória do que é produzido na universidade e na comunidade em geral, além de projetar novos valores”. Afirma que, sendo um projeto cultural, o projeto editorial é também projeto político (MIGUEL, 1986, p. 97).

Ao definir como critério a quantidade de possíveis leitores interessados na sua produção, DE considera que a EU não deve, absolutamente, “editar qualquer espécie de ‘conhecimento’ produzido na universidade, com o argumento de que

nem tudo o que se produz na pesquisa universitária é livro. Uma boa pesquisa, com um excelente relatório final pode não ser um livro; será apenas uma boa pesquisa, mas isso não justifica a publicação. Um livro deve ser do interesse de um número razoável de pessoas. Não se faz um livro que interesse, digamos, a 20 pessoas – uma coisa dessas não pode ser editada (DE).

A pergunta seguinte busca mais uma vez a tomada de posição do dirigente em relação ao tripé da universidade, ensino, pesquisa e extensão, solicitando a indicação sobre qual dos três elementos ele considera mais identificado com a ação editorial universitária.

Embora defendendo que essa ação se identifica com os três elementos, DA considera que “é mais comum observar-se a relação com ensino e pesquisa”, enquanto DB argumenta que é “com a pesquisa, evidentemente, porque sem produção de conhecimentos a universidade, na

era moderna, deixa de ter sentido”. A posição é corroborada por DC que confirma a integração dos três elementos: ensino, pesquisa e extensão, mas defende que “há um foco especial na pesquisa, aquilo que é produzido pelos membros que compõem a instituição universitária, e na extensão, a divulgação do conhecimento produzido – feita por meio dos periódicos e livros produzidos pela Editora”.

Percebemos que a pesquisa é considerada, como defende Garcez, “fator real de estímulo ao debate crítico, à pesquisa, à elaboração formal e aperfeiçoamento dessa pesquisa [...]” (GARCEZ, 1984, p. 57); ou, ainda, de “estímulo à diversificação e à melhoria da produção num sadio processo de emulação” (MIGUEL, 1986, p. 102). Logo, não permanecem dúvidas quanto ao papel de fomento que se atribui às editoras universitárias.

Mas há quem laconicamente responda apenas ser a “extensão” o elemento que mais se identifica com a ação editorial (DD), uma posição que vem sendo reforçada nos sites das editoras com vocação política regional. A vertente regional da ação de uma EU, decorrente dos pressupostos da política editorial, fundamenta-se especialmente em duas concepções.

A primeira, de que a criação culturalmente significativa - o livro ou documento - é supratemporal. Embora expresse um contexto, supera-o, decorrendo dessa premissa que passa a ter valor, independentemente do espaço em que se situa. Respeitando costumes, padrões culturais, bem como a história regional, a editora ativa a “memória cultural do Brasil” (MESQUITA 1983, p. 65), tornando-se um elo entre a universidade e a sociedade. Ou seja, ela estabelece a “ligação entre todos os canais geradores do saber dentro de suas IES ou alhures, incentivando, recolhendo, organizando e dirigindo o produto do intelecto humano a toda a sociedade”. (COSTA, 1986, p. 91).

A segunda concepção é de que, enquanto assim considerado, não poderá ser exclusivo de um grupo ou classe social, pois “[...] o que caracteriza a memória nacional é precisamente o fato de ela não ser propriedade particularizada de nenhum grupo social, ela se define como um universal que se impõe a todos os grupos”. (ORTIZ, 1986, p. 136).

Mas essa identificação da editora com a pesquisa, o ensino ou a extensão poderá ter como princípio, por outro lado, o tipo de obra produzida, dependendo da linha editorial adotada pela editora, segundo DE. Para este diretor, se uma editora optar por focar sua produção em livros do tipo “manual universitário” (ou “didático” universitário), sua ação visará ao ensino, prioritariamente (DE). Na mesma linha de apoio ao ensino, procurando instrumentalizar os professores e alunos, a editora estará preenchendo lacunas em áreas mais carentes de

bibliografia e dinamizando o fluxo de informações. Deve-se ter em mente, argumenta Garcez, que hoje, “o livro ainda é a forma mais viável, econômica e eficaz de aprendizagem e transmissão de ideias, quando se quer atender a um número considerável de interessados”. (GARCEZ, 1986, p. 112). Nesse contexto, consideramos também que as séries didáticas, reunindo títulos que contribuem para o desenvolvimento do ensino têm sido prioritárias.

A presença do livro no cenário editorial universitário é defendida especialmente por Martins Filho, para quem, “cabe à editora captar os melhores livros, publicá-los, divulgá-los bem e fazer com que circulem”. O presidente da Edusp “defende o livro em qualquer circunstância”, por credenciá-lo como “o melhor instrumento de transmissão da cultura. Tecnicamente, não se inventou nada melhor, seus únicos inimigos são o fogo e a água, evitando isso, ele funciona em qualquer lugar”. (MARTINS FILHO, 2014, p. 1).

A posição representativa da maioria dos editores parece coincidir com a prioridade de DF: “em primeiro lugar, pesquisa; em seguida, pela ordem, ensino e extensão”. Contribui para essa posição o fato de que a ciência que se produz em nosso país é expressivamente oriunda das instituições de ensino superior e conseqüentemente dependente do processo de ensino-aprendizagem. Contudo, compreendemos que a extensão também tem seu papel enriquecedor no sentido de ser voltada à participação da universidade na formação social, humana e cultural da população.

É possível perceber que, mesmo considerando os diferentes espaços de atuação, os diversos papéis e finalidades de uma editora, há convicção entre os diretores de que é possível uma ação conjunta ou integrada das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A pergunta sobre o modo como a EU contribui concretamente para a produção de informações científicas tem sua resposta confrontada com o modo ideal de contribuição. Notamos que prevalece nas respostas a menção à publicação de livros, avaliados por comissão editorial com critérios rigorosamente seguidos. Conforme afirma DB, “a política editorial baseia-se em editais para a publicação de livros”, sendo que, “por enquanto, a editora lança um edital por ano. Os originais inscritos, cujos autores devem obedecer a determinadas normas, são avaliados por dois pareceristas externos à universidade” (DB), em que se observa o critério duplo cego. Os pareceres ainda são submetidos ao Conselho Editorial.

Enfatizando ainda a produção editorial, DE relata a publicação de “uma coleção de livros de bolso com títulos variados destinados ao leitor medianamente instruído”. Segundo ele:

não são fruto de dissertações ou teses adaptadas, mas são obras encomendadas aos autores reconhecidos, de dentro ou de fora da universidade. Não são de divulgação científica, muito menos autoajuda: destinam-se às pessoas, sem se constituir por uma gororoba textual que apenas meia dúzia de pessoas dizem compreender (DE).

DF, também se referindo à produção de livros, explicita as etapas do processo que cabem à editora: acolhimento de propostas, avaliação do mérito, elaboração de orçamentos, negociação e assessoria à gráfica na produção, criação e materialização das publicações. Para ele, a editora atua “como elo entre criação e materialização das publicações”.

Ainda respondendo à questão sobre como a editora atua na produção de informações científicas, reforça-se a visão direcionada à viabilização do cumprimento da função social da universidade, a qual DD considera ser realizada por meio da edição e divulgação da produção científica, técnica, artística e cultural, mas sem especificar ações concretas.

Em contrapartida, dois dos dirigentes incluem em sua resposta a produção de periódicos científicos. Segundo DC, “a contribuição para a produção de informações científicas é feita por meio das revistas e periódicos sob administração da Editora, além dos livros produzidos [...] frutos de trabalhos e pesquisas dos membros da instituição”. DA relata que a editora “publica oito títulos novos por ano e edita cinco periódicos científicos [...]” desenvolvendo “forte atuação na área de comercialização e distribuição, além de marketing institucional”.

Ressaltamos que as respostas a perguntas sobre como a EU contribui para a produção e para comunicação de informações científicas são confrontadas com as que respondem ao modo ideal de contribuição para essa produção e comunicação, isto é, os dirigentes confirmam a efetiva atuação das editoras na produção e comunicação da informação científica e suas ações voltadas para incentivo ao livro e à leitura. Dentre as ações detalhadas, relata-se a divulgação das obras publicadas nos sites das editoras para comercialização, a participação em feiras, congressos, seminários e eventos especializados, bem como a divulgação da produção por convênios e parcerias com outras editoras e instituições.

Da mesma forma, a resposta dada à questão sobre o papel exercido concretamente pela editora como fomentadora de algum tipo de produção é confrontada com a resposta que expressa o modo ideal de exercer o fomento por parte da editora.

Sobre o fomento à produção, DA enfoca em sua resposta o custeio realizado pela editora, para a produção, divulgação, distribuição e comercialização dos títulos eleitos pelo Conselho Editorial. Diferente da compreensão de DA em relação ao fomento como incentivo financeiro,

DB considera o fato de a editora existir, “já constitui em si um incentivo à produção do conhecimento científico em todas as áreas. Uma prova disso é o número crescente de originais inscritos nos editais”. Ele finaliza afirmando que a editora “é um dos órgãos vitais da universidade”. DC para esta resposta retoma os editais de publicação anual que a editora disponibiliza: livros técnico-científicos; publicação em coedição ou parceria e concurso literário, voltando-se ao fomento da produção não só da comunidade acadêmica, mas da comunidade externa.

Em resposta à questão relativa à necessidade do fomento por parte da editora, DA afirma que “é necessário estimular os docentes e pesquisadores a transformarem o conhecimento em conteúdos editoriais”. Assim, ações de fomento podem colaborar para isso.

A concordância em relação a essa resposta pauta-se no argumento de que essa é a atividade que justifica a existência de uma EU (DB) e ou ainda de que é a principal, das funções de uma EU (DC). Para DC, “o incentivo à produção e publicação técnico-científica e literária é uma forma de promover o ensino, a pesquisa e a extensão da universidade”.

Confrontadas as respostas às perguntas relativas ao modo como as inovações tecnológicas vêm contribuindo efetivamente para a produção e divulgação de conhecimentos na editora com aquelas pertinentes à contribuição ideal dessas inovações aos serviços editoriais, percebe-se mais uma vez que o real aproxima-se do ideal.

Dentre as inovações tecnológicas mencionadas no processo editorial pelos dirigentes, destacam-se, especialmente, as novas possibilidades para diagramação, design editorial, tratamento de imagens por meio de softwares e computadores mais velozes. Outro aspecto mencionado especificamente por DD é a impressão digital que agiliza o processo e melhora a qualidade das publicações.

As respostas revelam, de modo geral, que a divulgação das publicações também está sendo amplamente beneficiada pelas redes sociais e páginas web que potencializam e multiplicam essa divulgação. Os respondentes DF e DC mencionam as publicações eletrônicas que facilitam a democratização do acesso à informação e caracterizam-se pelo baixo custo. Já, DA, DC e DD mencionam os e-books também como característica das editoras atuais.

Conforme Oddone e Dourado (2013, p. 2), as editoras universitárias internacionais estão passando por mudanças significativas nos seus modos de produção e atuação, a fim de não se tornarem obsoletas no cenário editorial acadêmico mundial. Para tanto, estas vêm buscando

agregar o formato digital às suas linhas de produção como meio de atender a demanda da sociedade por informação com maior rapidez e fácil acesso.

Observamos que a inovação tecnológica no campo de editoração mundial, principalmente no que concerne ao livro digital, está em recente desenvolvimento. As editoras universitárias da Europa, “estão sofrendo pressões de ordem econômica, tecnológica e política que levam os editores acadêmicos europeus a buscar novos modelos de publicação de livros acadêmicos e didáticos”. (ODDONE; DOURADO, 2013, p. 3).

Contudo, no Brasil “essas mudanças têm ocorrido de forma paulatina e silenciosa” (2013, p. 2), segundo as autoras, para as quais “não existem documentos que informem se as editoras universitárias nacionais estão formulando políticas para definir a publicação de livros digitais como estratégia de inovação editorial e que fatores motivaram essa decisão”.

Embora nem todas as EUs brasileiras consigam acompanhar essas inovações tecnológicas no processo editorial e na divulgação científica de um modo desejável, especialmente por meio da disponibilização de livros digitais, seus dirigentes demonstram entendimento dos benefícios que as inovações tecnológicas podem proporcionar ao fomento da informação científica, didática e literária.

Nesse sentido, argumenta Martins Filho (2014, p. 1), “a internet não é a solução total para o livro, mas é um instrumento de divulgação que não pode ser desprezado”. Referindo-se ao ISBN e à possibilidade de encontrar um livro em qualquer canto do mundo, ilustra o papel fundamental da rede para um país de dimensões como o Brasil.

Tanto na literatura quanto nas respostas, evidencia-se na atual conjuntura a superação de preconceitos, oriundos das diferentes concepções relacionadas com as editoras universitárias, tais como:

- a EU deve editar somente livros para professores ou de professores;
- a EU publica livros somente para alunos;
- a EU não deve visar lucros;
- a EU deve produzir somente livros baratos;
- a EU não deve existir, pois as editoras privadas suprem as necessidades da sociedade.

Essas percepções historicamente foram sendo substituídas por uma visão mais aberta da produção editorial.

Os diretores das editoras universitárias, por sua vez, vêm refletindo sobre a política a ser adotada em relação à questão da competitividade e, pela análise de suas posições, parece haver um consenso a respeito do espaço cultural a ser preenchido pelas editoras universitárias, em relação às editoras privadas. O processo de reflexão sobre o espaço cultural das editoras universitárias em relação às editoras privadas, provocado pela possibilidade de uma concorrência e gerado nos encontros e reuniões de seus representantes, teve duas contribuições significativas.

A primeira foi a consciência do papel de uma EU e de suas vertentes de indiscutível alcance cultural e político. A segunda contribuição foi a progressiva definição dos limites de um campo de produção cultural autônomo, em relação aos demais: a editoração universitária.

Embora a importância cultural das editoras universitárias seja considerada muito superior ao seu significado econômico, especialmente com “edições experimentais, viabilizando pesquisas e teses de pequenas tiragens, atuando no interior dos cursos ao encomendar livros de que o mercado carece, organizando anais de encontros científicos e coeditando obras de circulação lenta” (PINSKY, 1986, p. 14), essa posição não é unânime entre editores.

Discutindo o papel das editoras universitárias e diferenciando-as das editoras na universidade, Costa considera-as como um projeto integrado à instituição. Compete a elas, “através de criterioso planejamento, funcionar como objeto de ligação entre todos os canais geradores do saber dentro de suas IES”. (COSTA, 1986, p. 91). Seus programas devem ser coerentes e comprometidos com a instituição.

É vasto o campo de atuação das editoras universitárias. Como resultado das reflexões constantes na literatura sobre o tema, as expressões dos sites e as respostas dos editores, foi possível identificar os papéis que lhes vêm sendo atribuídos.

Outro papel relevante e multicitado pelos autores é o de lançar o autor novo - professores e pesquisadores - especialmente da instituição (LUZZATTO, 1983, p. 58), principalmente quando “distantes dos eixos culturais mais dinâmicos, os cientistas, autores e intelectuais só têm o caminho da universidade para se tornarem reconhecidos”. (GARCEZ, 1984, p. 60). A reflexão condiz com a justificativa de Salim Miguel de que “é imprescindível que se dê vazão ao que é produzido por autores novos ou até pelos menos novos, no sentido de estimulá-los e torná-los conhecidos”, possibilitando que sejam “absorvidos por editoras comerciais”. (MIGUEL, 1986, p. 99).

Parece haver consenso também quanto à necessidade de abrir espaço ao autor novo, contrariamente ao que ocorre na iniciativa privada: “uma editora particular normalmente descrê

do autor universitário, mormente quando ele é um iniciado [sic], desconhecido da praça”. (MESQUITA, 1984, p. 28). O estímulo ao trabalho do autor novo, além dos efeitos imediatos sobre a produção intelectual, pode favorecer a formação de massa crítica e aperfeiçoar o trabalho do autor em relação ao processo e ao produto editorial.

A questão da conservação da memória revela-se em outro aspecto: seu objeto. O perigo expresso pelas tendências monolíticas tem sido a visão unilateral que pretende preservar a memória, ordenando o espaço e o tempo numa história única.

A esse respeito, Benjamin (1985) afirma que a sociedade conhece apenas a história do vencedor, impedindo que outras histórias sejam conservadas como outros possíveis e outros passados e excluindo os riscos à sua unidade. No processo de disseminação de informação e de cultura, o mesmo ocorre, prevalece a perspectiva dos vencedores, preservada de geração a geração.

É preciso, portanto, definir o objeto da conservação, seu significado social e político para que se possa perceber o que ele representa. A precisão do objeto e do seu significado poderá contribuir para evitar as tendências fascistas ou iconoclastas de um programa cultural.

Assim considerada, como “caminho natural de intercâmbio entre a comunidade acadêmica e a sociedade” (GARCEZ, 1984, p. 57), a editora assume o seu papel de estimuladora da leitura, da pesquisa e da produção intelectual.

Conscientes de que os sujeitos sempre se posicionam a partir de um lugar social e que seus olhares e críticas são contingenciados pelas circunstâncias em que atuam e pelos valores que emergem a partir delas, consideramos pertinente, portanto, que se faça um esclarecimento a respeito das questões que apresentamos e que aparentemente seriam redundantes. Referimo-nos às questões relativas à situação ou ação concreta das editoras, seguidas daquelas que definiriam a situação ou ação ideal diante dos motes apresentados.

Mais especificamente, foram solicitados subsídios sobre o modo de contribuição da editora para a produção de informações científicas, para a comunicação dessas informações científicas, sobre o exercício de fomento a algum tipo de produção e sobre o modo como as inovações tecnológicas vêm contribuindo efetivamente para a produção e divulgação de conhecimentos na editora. Essas quatro questões sugerem que o entrevistado informe o que concretamente vem sendo realizado pela editora, dentro das contingências, das limitações e dos elementos condicionantes, impostos pelas condições econômicas e políticas em que se realizam os projetos editoriais.

Enfocamos as categorias políticas e seus papéis na construção de uma identidade editorial que se percebe nas instituições brasileiras de ensino superior graças aos movimentos dos editores, desde suas flexões associativas pela construção de espaços de discussão e aprendizagem coletiva, até os mais recentes processos de produções eletrônicas, assim como a comunicação e a produção de informação alternativa.

Observamos no gráfico 1 que somente 10% das editoras, de um total de 104, explicitam seu papel destinado aos periódicos científicos em suas políticas editoriais, bem como 3% declaram que utilizam tecnologias de divulgação de seus materiais, como por exemplo, os e-books. Há uma representatividade de 13% das que manifestam que tem como um de seus papéis o desenvolvimento da região onde estão alocadas. Apenas uma das editoras, a Edunisc, explicita todos os critérios eleitos para a análise. Além desta última, nota-se que, dentre as dez editoras que mencionam a produção periódica científica em suas políticas, somente duas visam contribuir com o desenvolvimento regional.

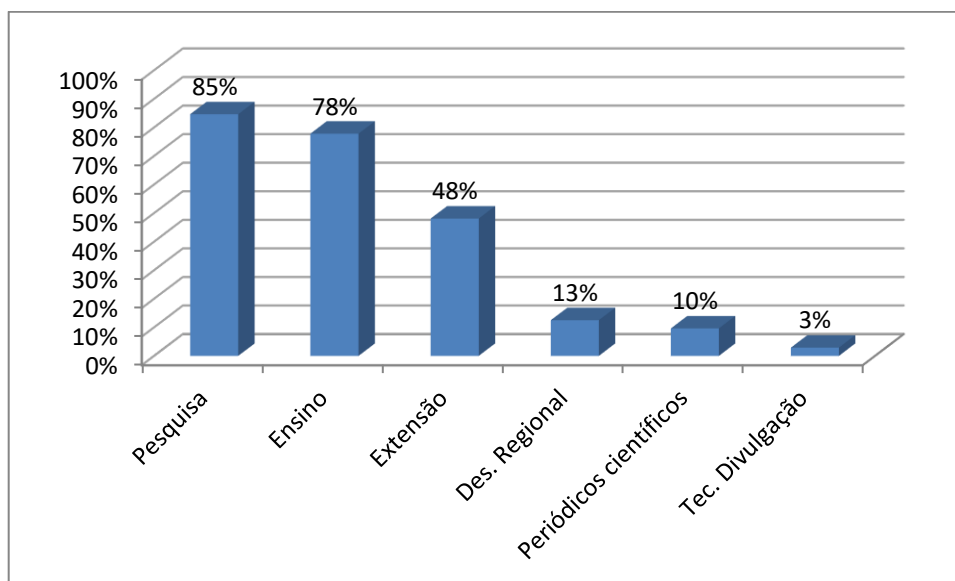


Gráfico 1 - Atividades prioritárias nas políticas editoriais dos sites das editoras universitárias

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

Dentre as editoras que manifestam em suas políticas o compromisso de trabalhar com periódicos científicos, representadas por dez EUs (Quadro 1), a dimensão Ensino tem expressivo enfoque, exceto por duas delas, a Educat e a Edifurb. Já, a dimensão Pesquisa não foi abrangida pela Editora da Unilasalle e tampouco pela Educat. A dimensão Extensão, em menor incidência, é expressa por 40% das editoras do quadro. E somente uma delas, a Edunisc, manifesta em sua

política que busca contribuição ao desenvolvimento regional bem como preenche as outras categorias analisadas.

EDITORA	ESCOPO			DESENV. REGIONAL	TEC. DIVULG. MAT. PUBLICADO
	ENSINO	PESQUISA	EXTENSÃO		
Ed. da FURG	X	X	X		
Ed. da PUCRS	X	X			
Educat - Ed. da UCPel				X	
Edunisc - Ed. da Univ. de Santa Cruz do Sul	X	X	X	X	X
Edifurb - Ed. da FURB		X			
Ed. Metodista	X	X			
Editora da Unilasalle	X				
Ed. UnP - Univ. Potiguar	X	X	X		
Edições UESB - Univ. Estadual do Sudoeste da Bahia	X	X	X	X	
UNOPAR Editora - União Norte do Paraná de Ensino	X	X			

Quadro 1- Editoras universitárias responsáveis por periódicos científicos em suas políticas editoriais

Fonte: Dados da pesquisa (2014).

As dimensões manifestas nas políticas das EUs analisadas consideram a pesquisa como prioritária em suas ações editoriais, mais que o ensino e que a extensão. Entretanto, quando se trata da produção científica como modalidade de fomento à pesquisa, nota-se que o espaço destinado à produção de periódicos científicos é limitado em virtude de diferentes fatores definidos historicamente. Como observado na análise das políticas expressas nos sites, das 104 editoras, somente dez comprometem-se em sua política a trabalhar com a produção e divulgação de periódicos científicos.

Outra questão enfatizada na análise é que somente uma das EUs representadas por seus dirigentes nas entrevistas, a editora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), declara, em sua política, o compromisso em trabalhar com periódicos científicos.

Verificamos também, redundâncias de respostas relacionadas às ações concretas das editoras e suas as ações ideais, visto que, seus dirigentes parecem entender ambas as perguntas como uma só, descrevendo a mesma resposta para as questões elaboradas propositalmente de modo distinto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possibilidades das editoras universitárias em relação às dinâmicas de produção e divulgação da informação científica no contexto brasileiro resultam de uma interpretação histórica que vem se consolidando como resultado dos papéis que lhes vêm sendo atribuídos e das suas práticas.

Ressaltamos que a análise das respostas obtidas e das informações manifestas nos sites das editoras em relação às suas políticas editoriais proporcionou um panorama de suas prioridades e ações concretas realizadas, bem como o entendimento do papel que exercem nas IES e na sociedade. Essas prioridades são perceptíveis quando se analisam as categorias políticas e a influência que exercem sobre a identidade editorial, graças aos movimentos dos editores, especialmente associativos, cujos espaços de discussão e aprendizagem coletiva contribuem para o aperfeiçoamento da produção e da edição científicas.

Cabe salientar as contradições evidenciadas em relação ao mercado, já apontadas por Marques Neto (2000), quando constata que em muitos países da América Latina “a produção editorial, em áreas sensíveis como a da educação e a da cultura, está entregue a empresas multinacionais, cujo único objetivo é o lucro”. O autor incita à reflexão sobre a interferência positiva das editoras universitárias, em consonância com editoras sérias e compromissadas com a cultura brasileira, para a preservação da própria identidade do país como nação.

Assim, pode-se afirmar que a maneira de conduzir uma editora acadêmica é determinada tanto pelas condições concretas de gestão, quanto pelos acontecimentos que as vêm modificando. Mantido o ideal acadêmico, destaca-se, entretanto que, para os editores, importa rever estruturas e modos de produção em prol da qualidade editorial, isso porque os periódicos merecem especial atenção, embora se reconheça o excessivo privilégio dado a eles pelo sistema de avaliação.

A ideia de acesso livre também tem motivado amplamente pesquisadores, assim como o apoio ao aprimoramento das tecnologias de informação e comunicação e das redes, em prol da otimização do processo editorial. É válido sugerir que seja considerada a possibilidade de trabalho conjunto e simultâneo com as mesmas estruturas e materiais de instituições congêneres e de se instituírem trâmites mais ágeis nos processos de produção, avaliação e publicação editoriais. Os modos de produção favorecidos pelas tecnologias digitais têm sido avaliados

positivamente no universo editorial universitário, mesmo no cenário de dificuldades de manutenção das estruturas atuais, razão pela qual permanece a validade do debate na comunidade acadêmica sobre o papel formador do livro, em qualquer suporte, entre os estudantes universitários, em país (ainda) de poucos leitores.

Concluimos que os moldes ideais de funcionamento de uma EU ainda estão longe do que se realiza, em virtude de aspectos históricos que permearam a consolidação de muitas delas e de razões conjunturais que as diferenciam, especialmente em relação às possibilidades de acompanhamento das inovações da tecnologia, cujo ritmo não se faz acompanhar das transformações estruturais universitárias.

Diante dessas possibilidades, a reflexão sobre o reconhecimento do papel da EU e do seu amplo alcance científico, cultural e político, assim como a definição do potencial e limites do campo de editoração universitária, tornam-se fundamentais para o aprimoramento e a busca da forma ideal de atuação dessas instituições. Integrando as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura, as editoras universitárias compõem um perfil peculiar em movimento direcionado à totalidade e à discussão aberta, envolvendo os sujeitos das diversas unidades do todo universitário e da sociedade. Assim, contribuirão não somente para o fomento e divulgação dos saberes, quanto para a difusão do conhecimento científico e tecnológico no país e em âmbito internacional, criando diálogo ao invés da dependência, relações de cooperação ao invés de competição.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

BUFREM, Leilah Santiago. Edição universitária no Brasil. In: ASSOCIACION DE EDITORIALES UNIVERSITARIA DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE et al. Edición universitaria en Iberoamérica: contenidos, presupuestos, experiencias. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Seminários**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 103 p. (Coleção O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira).

COSTA, Geraldo Jesúno da. Diferenças entre editoras universitárias e editoras na universidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, 3., 1986, Campinas. **Anais...** Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. p. 87-95.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Política editorial universitária. In: MESQUITA, João Vianney C. de. **Sobre livros**: aspectos da editoração acadêmica. Fortaleza: UFC, 1984. p. 53-61.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Editoras universitárias como dinamizadoras da qualidade do saber universitário. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, 3., 1986, Campinas. **Anais...**Campinas, Ed. da Unicamp, 1986. p. 111-115.

KATZENSTEIN, Ursula Ephraim. **A origem do livro**: da idade da pedra ao advento da imprensa no Ocidente. São Paulo: HUCITEC: INL, 1986.

LABARRE, Albert. **História do livro**. São Paulo: Cultrix: INL, 1981.

LUZZATO, Darcy Caetano. Organização editorial e formação profissional. In: SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS, 5., 1983, Brasília. **Anais...** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1985. p. 53-62.

MARQUES NETO, José Castilho. A editora universitária, os livros do século XXI e seus leitores. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 4, n. 7, ago. 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832000000200025&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 abr. 2014.

MARTINS FILHO, Plínio. O livro é o melhor instrumento de transmissão de cultura. **Jornal da Universidade Federal do Pará**, Belém, v. 28, n. 117, fev./mar. 2014. Entrevista.

MIGUEL, Salim. Editoras universitárias como projetos culturais e não projetos comerciais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, 3., 1986, Campinas. **Anais...** Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. p. 97-103.

ODDONE, Nancy; DOURADO, Stella Moreira. O livro digital como inovação editorial para a cadeia produtiva das editoras universitárias brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIENCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PINSKY, Jaime. Rachaduras na Torre de Marfim. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, 3., 1986, Campinas. **Anais...** Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. p. 83-86.

RODRIGUES, Aryon Dall'igna. Atividade editorial como extensão do ensino e da pesquisa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS, 3., 1986, Campinas. **Anais...** Campinas: Ed. da Unicamp, 1986. p. 17-19.

STUMPF, Ida Regina Chitto. Passado e futuro das revistas científicas. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n. 3, 1996.

Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v.10, n.1, jan./jul. 2017.

STUMPF, Ida Regina Chitto. **Periódicos científicos**. Porto Alegre: ABEED, 1998. (Documentos ABEED, 8).

VIÑAO FRAGO, Antonio. Por una historia de la cultura escolar: enfoques, cuestiones, fuentes. In: FERNANDES, C. A. et al. **Cultura y civilizaciones**. *III Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea*. Valladolid: Secretariado de Publicaciones y Intercambio Científico, Universidad de Valladolid, 1998. p. 167-183.